

ONGs ocupam vazio do governo na educação, diz coordenadora da Unesco

Especialista participou da abertura de conferência nacional sobre ensino básico no campo

EVANDRO ÉBOLI

Especial para o Estado

29 JUL 1998

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA – Para a Unesco, organismo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, as organizações não-governamentais (ONGs) estão ocupando um “vazio” deixado pelo governo no atendimento educacional à população rural do País, estimada hoje em 33 milhões de pessoas. “As políticas públicas para esse segmento são magras, diria escassas”, afirma Maria Dulce Borges, coordenadora de Educação da Unesco no Brasil. Segundo ela, a solução para o problema do analfabetismo rural está na parceria dos governos com essas entidades.

Dulce Borges participou ontem da abertura da Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, em Luziânia (Goiás). Ela disse, também, que as ONGs, por se formarem durante a ditadura militar, ganharam mais experiências, que hoje desenvolvem em diversas áreas, até mesmo no campo. Para a Unesco, a desatenção do governo com a educação da população rural é comum em toda a América Latina.

No relatório da Unesco, segundo Maria Dulce, o “Brasil está bem lá em baixo”. Ela refere-se ao índice



Coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, criticou o governo

de analfabetismo do País, que atinge 16,7% dos jovens com 15 anos, um dos piores do continente. O Brasil ganha da Bolívia – 17% – mas

perde para o Uruguai e a Argentina – com percentuais de analfabetismo abaixo dos 5%. A ausência de uma política oficial exclusiva para a educação rural “estimulou” o surgimento de algumas iniciativas da própria

população, por meio de suas organizações e movimentos sociais.

“O propósito é reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas e tentar construir uma identidade

de própria das escolas do campo”, diz o texto-base da conferência. O mais bem-sucedido exemplo desse tipo de iniciativa é o da Escola Família Agrícola (Efas), que existe em vários Estados há 30 anos, com mais de 200 centros no País, voltados para educação dos filhos de agricultores.

Outra iniciativa é a alfabetização de jovens e adultos em escolas dos assentamentos e de acampamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST) e a formação de professores. As 1.100 escolas do MST atendem a 70 mil alunos. O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, participou da conferência e criticou o governo federal dizendo que a política de educação é voltada para as elites.

OBJETIVO DO
ENCONTRO É
REAGIR À
EXCLUSÃO